

A retomada do crescimento brasileiro e a reestruturação do espaço regional no Norte do Estado do Rio de Janeiro

The recovery of Brazilian economic growth and regional space restructuring in Northern Rio de Janeiro State

José Luis Vianna da Cruz*

O Estado do Rio de Janeiro vem recebendo diversos investimentos de médio e grande porte, que devem provocar profundos impactos na estrutura produtiva e socioeconômica, uma vez que os empreendimentos se espalham por diversas regiões. O Norte Fluminense deverá receber uma parcela significativa desses investimentos. Sua configuração socioespacial deverá ser profundamente impactada. Para compreender esse processo, este artigo argumenta que se deve analisá-lo no contexto do padrão de inserção internacional da economia brasileira. Avança, ainda, no sentido de detectar a constituição de um corredor territorial de integração econômica, formado pelo Norte e Leste fluminense.

Palavras-chave: Novos Investimentos. Estado do Rio de Janeiro. Regiões Norte e Leste. Inserção internacional da economia.

Rio de Janeiro State has been receiving a number of medium and large type investments, which may cause strong impacts in its productive and socio-economic structure, as they spread across several of its regions. Its Northern Region is expected to receive a significant portion of these investments, and its spatial configuration deeply impacted. In order to understand this process, this article argues that one must examine it in the context of the international integration pattern of Brazilian economy. It also points out that a territorial corridor of economic integration is being built, embodying Northern and Eastern regions.

Key words: New Investments. Rio de Janeiro State. Northern and Eastern Regions. International Economic Integration.

Introdução

O Norte Fluminense-NF vem recebendo um conjunto de importantes e diversificados investimentos, alguns de grande porte, desde a segunda metade da primeira década deste século, que deverão produzir profundos impactos na economia e na sociedade. As tendências apontam no sentido de um profundo reordenamento do território, no tocante à configuração urbana e às estruturas produtiva e socioeconômica.

Alguns aspectos desse fenômeno expressam a relevância do processo em curso: a) o NF, após longo período de declínio econômico, tornou-se a maior região produtora de petróleo do país e sede de alguns dos municípios mais ricos em termos de rendas petrolíferas; b) os novos investimentos se inserem num conjunto que se difunde por

* Professor da UFF - Universidade Federal Fluminense/UCAM-Universidade Candido Mendes, Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. Doutor em Planejamento Urbano e Regional. Área de atuação: Desenvolvimento e Planejamento Urbano e Regional; Desenvolvimento e Planejamento Municipal; Políticas Públicas; Desigualdades Sociais e Espaciais - Campos dos Goytacazes/RJ - Brasil

todo o Estado do Rio de Janeiro-ERJ, o que, por sua vez, se coaduna com a estratégia recente de retomada do crescimento e de inserção do Brasil na economia internacional; e c) especula-se qual será a espacialidade dos impactos, uma vez que um conjunto de municípios ficou à margem dos benefícios da economia regional do petróleo. As particularidades históricas e estruturais do ERJ e do NF impõem um olhar qualificado, para se compreenderem as formas concretas que esse processo assume na região, o que é recomendável para a análise regional, em geral.

Quais as implicações desses investimentos para o desenvolvimento regional do NF?

Com o intuito de contribuir para a discussão em torno dessa questão, nos limites deste espaço e devido ao fato de que tais investimentos estão ainda na fase inicial de implantação, este artigo analisa alguns dados e indicadores sobre os investimentos, sobre o ERJ e o NF, referentes a municípios selecionados; utiliza o corte temporal entre o período pré e pós-crescimento das rendas petrolíferas; compara com dados de Macaé, base operacional regional do Complexo de E&P-Exploração e Produção de Petróleo e Gás; e agrega dados sobre o “leste fluminense”, para demonstrar o vetor urbano-regional dos novos empreendimentos.

A hipótese deste artigo é que a análise do “caso” do NF adquire seu sentido mais profundo na perspectiva da visão crítica da opção brasileira e seus desdobramentos sobre a configuração urbano-regional do território.

O Estado do Rio de Janeiro e a inserção internacional da economia brasileira

A literatura acadêmica tem enfatizado o perfil que vem se consolidando na economia brasileira após a retomada recente do crescimento econômico, particularmente nos dois Governos do presidente Lula, 2002-2010. Desde o Governo Collor, no início da década de 90 do século XX, passando pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), as medidas de ajuste fiscal e as contrapartidas econômicas, tais como a abertura comercial e a privatização de serviços públicos, dentre outras, aprofundaram a internacionalização de alguns segmentos da economia e o encolhimento de outros, enquanto algumas atividades, como o agronegócio, por exemplo, se fortaleceram.

Mais recentemente, com o aumento da demanda internacional por produtos primários e insumos básicos, puxada, principalmente, por países como China e Índia, consolidou-se o que alguns autores denominam de re-primarização da economia brasileira, ancorada na produção e exportação de *commodities* primárias e semi-industrializadas (GONÇALVES, 2002). Tal opção significou um grande impulso na produção de energia, minérios, siderurgia, construção naval, metal-mecânica e química, dentre outros, além dos produtos agropecuários, o que vem demandando

uma grande quantidade de GIs-Grandes Investimentos¹ em áreas estratégicas, tais como infraestrutura e logística em transporte, armazenagem e comunicação.

Esses GIs ocorrem nos contextos do PAC², da expansão da produção de petróleo e gás no Pós-Sal e do início da produção na camada de Pré-Sal: da ampliação da participação internacional do agronegócio brasileiro e da estratégia de consolidação do país como grande produtor e exportador de *commodities* primárias e produtos semiacabados.

Autores como Brandão (2010), Vainer (2007), Gonçalves (2002), Araújo (2000) e Pacheco (1998), têm se dedicado a apontar o padrão periférico de integração internacional da economia brasileira, na atual rodada da globalização capitalista, dado, dentre outros, pelos fatos de que não está apoiado na produção e exportação de produtos industrializados de alta tecnologia e numa base nacional de produção de C&T-Ciência e Tecnologia (teoria e pesquisa pura e básica) e P&D-Pesquisa e Desenvolvimento de produtos (estudos e pesquisas comprometidos com a criação de produtos para o mercado), bem como na priorização da integração regional e social.

Esse padrão, segundo tais autores, promove a incorporação de novas fronteiras territoriais e de áreas estagnadas do território brasileiro aos investimentos vinculados ao mercado internacional, produzindo vetores de fragmentação territorial e social. Fragmentos do território nacional são contemplados com investimentos articulados *de fora e para fora*, que, embora dinâmicos, em termos de mercado de trabalho, renda e crescimento econômico e urbano, não contribuem para a integração do território, para a irradiação espacial do dinamismo econômico gerado, ou para a minimização das desigualdades socioespaciais, transformando-se em *ilhas de prosperidade*.

Trata-se de um processo dominado por forças sociais que atuam no sentido contrário ao da incorporação ou integração das atividades econômicas e dos segmentos sociais regionais e locais, ou seja, da territorialização de parte significativa do excedente econômico e do seu direcionamento para a diversificação e modernização da economia local e regional. A isso se denomina “des-integração competitiva”, ou integração “subordinada” ou “passiva” (ARAÚJO, op. Cit; PACHECO, idem). São empreendimentos que carregam características de “enclave” e de novas monoculturas, dado o grau de concentração e polarização que possuem (PIQUET, 2007a.).

O poder de concentração e polarização tende a produzir, localmente, um excedente relativo de população e de força de trabalho, formado por migrantes e residentes antigos não incorporados ao mercado de trabalho e à cidade, bem como um rápido e acentuado adensamento urbano, sem a devida contrapartida da infraestrutura e dos serviços, o que resulta na desordem urbana, na expansão da favelização, da pobreza e da miséria; do desemprego e do subemprego; da exclusão social; e, no limite, da violência e do crime organizado.

¹ Para uma definição dos GIs, consultar Vainer, 2007 e Piquet, 2010. GIs são investimentos de grande porte, em termos nacionais e/ou internacionais, que encerram forte potencial de impactos territoriais, econômicos e sociais, pela elevada capacidade de mobilização de recursos e de articulação de escalas territoriais de poder.

² PAC-Programa de Aceleração do Crescimento. Trata-se do programa federal que abarca os investimentos considerados prioritários pelo Governo, e que, por isso mesmo, estão fora do cálculo do superávit primário.

Tende a ocorrer aumento da segregação e fragmentação sociais e territoriais, agravando periferias já existentes e produzindo novas, no entorno dos municípios e microrregiões contempladas, como é o caso do município de Macaé, que concentra as instalações físicas do Complexo regional de E&P-Exploração e Produção de petróleo e gás da Bacia de Campos, no NF³.

Os GIs, como um dos vetores desse padrão, via de regra, produzem significativa geração de postos de trabalho e um grande volume de investimentos em capital fixo, dinamizando serviços, a construção civil e a implantação de equipamentos urbanos e de serviços públicos, o que atrai população e pressiona as estruturas urbanas. Apesar da volumosa injeção de recursos financeiros nas instalações e equipamentos, esses tendem a se efetivar de forma concentrada e segregada, em termos econômicos, sociais e espaciais, agravando a hierarquia e a seletividade entre municípios contemplados e municípios excluídos. A implantação e expansão da economia do petróleo, ou do Complexo de E&P, no norte do Estado do Rio, a partir da segunda metade dos anos 70 do século passado, reforçam essas observações (CARVALHO; TOTTI, 2006; CRUZ, 2003; 2005; TERRA, 2004; PESSANHA; SILVA NETO, 2004).

O Estado do Rio de Janeiro passou por profundas transformações socioeconômicas e socioespaciais desde que o município do Rio de Janeiro perdeu a condição de capital da República, em 1960, para Brasília. O Rio foi sede da Colônia de 1763 a 1808, quando se tornou residência da Corte Portuguesa, até a Independência, permanecendo como sede da Monarquia brasileira e capital da República até 1960. A partir de então, o município do Rio constituiu o Estado da Guanabara até 1975, quando houve a fusão com o antigo Estado do Rio, vindo a reconstituir o Estado do Rio de Janeiro.

A condição de cidade de paisagem e localização privilegiadas, enquanto porto e sede dos aparelhos político-administrativos desde a Colônia até à República, foi determinante para a dinâmica socioeconômica e da ocupação espacial do seu entorno e do interior do atual ERJ.

Diversos estudos caracterizam o ERJ, de um modo geral, como um estado que permaneceu marcado pelas atividades ligadas às estruturas político-administrativas, à condição de sede da burocracia e de empresas estatais e paraestatais, à indústria de base e agroindústria tradicional, ao turismo, cultura e entretenimento, e ao porto. Os declínios dos ciclos do café e da cana-de-açúcar e a reestruturação produtiva não deram lugar a uma modernização sustentada do parque industrial carioca e fluminense, o que, aliado ao desmonte do aparato da burocracia político-administrativa, explica, em grande parte, o esvaziamento econômico relativo do ERJ, em benefício de S. Paulo e, posteriormente, de Minas Gerais, nas décadas de 80 até meados dos anos 90 do século passado, ao mesmo tempo em que passava a ancorar seu dinamismo na economia petrolífera (NATAL, 2005).

Teria havido declínio da posição relativa ERJ, nesse período, até mesmo

³ Para um balanço da economia regional do petróleo no NF, ver Piquet, 2003 e Piquet & Serra, 2007.

se comparado com o Estado do Espírito Santo, em termos do Vetor Densidade Industrial, sem o petróleo. Discute-se a existência ou não de esvaziamento econômico, desindustrialização, ou simplesmente de inflexão nos componentes da base econômica, com o deslocamento de setores, ramos e segmentos da economia estadual em benefício da economia do petróleo, em detrimento de alguns segmentos industriais (SILVA, 2008)⁴.

Segundo Silva,

...i) A partir da análise do período 1996/2005 considera-se que a expansão de E&P e R(refino) de petróleo e gás tem sido determinantes para o crescimento industrial do ERJ no início do século XXI...ii) paradoxalmente, verifica-se que a expansão dos setores petrolíferos no ERJ, ao mesmo tempo em que alavanca o crescimento do conjunto da indústria fluminense, tem contribuído para acelerar a concentração industrial na região (...) Tal processo vem se caracterizando pela efetiva redução do número de empresas e de empregos nos setores industriais menos dinâmicos...o que tende a reforçar a histórica tendência declinante de sua indústria. (p.211).

Embora tenha ocorrido transferência de empresas do segmento financeiro e de sedes de grandes empresas nacionais e transnacionais do Rio para São Paulo, ao lado do fechamento da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e de inúmeras indústrias, autores como Natal (op. cit.), identificam uma revitalização da economia fluminense a partir da segunda metade da década de 90 do século passado. Apontam a ocorrência de um processo de fortalecimento da vocação tradicional para os serviços, além dos novos investimentos em logística, infraestrutura, petroquímica, indústria automobilística, indústria de *softwares*, e outros.

O importante é assinalar que há uma dependência da economia fluminense em relação ao setor de petróleo e gás, compreendendo exploração, produção, refino, petroquímica e gás-química. Territorialmente, o segmento de E&P está concentrado no NF, mais precisamente em Macaé, e se expande pela Região das Baixadas Litorâneas, como se verá adiante.

Sem dúvida, o período de reestruturação produtiva do Brasil pós-crise dos anos 80 do século passado, cujos resultados se tornam visíveis a partir da segunda metade dos anos 90, com a radicalização da privatização dos serviços públicos e de empresas estatais, a maturação do ajuste fiscal e o desfecho da crise da dívida e do enfrentamento da inflação, dentre outras medidas, produziu um novo perfil de inserção do ERJ na economia brasileira, culminando com a retomada da condição de protagonista, dado o volume e o perfil dos investimentos⁵.

⁴ Segundo Silva (2008), o VDI varia entre zero e um e define a posição relativa dos estados em termos de sua densidade industrial. Pode ser entendido como um índice de competitividade da indústria em termos de uma região, de estado. Densidade Industrial significa estrutura produtiva articulada, diversificada, autosustentável, com elevado nível de produtividade, competitiva no plano internacional, dentre outras características.

⁵ Para uma leitura mais detalhada do desenvolvimento recente do ERJ, ver Oliveira, 2008.

O ERJ passa por um ciclo de industrialização e de crescimento da infraestrutura econômica vinculados ao perfil exportador de commodities, apoiado na exploração dos recursos naturais e na produção de alimentos e produtos industriais semiacabados, e tendo as indústrias siderúrgica, naval, automotiva e petroquímica como “locomotivas” do setor secundário. Os vetores centrais são os investimentos na produção e exportação de minério de ferro e de aço; na extração de petróleo e gás e seu beneficiamento; na infraestrutura portuária, rodoviária, ferroviária e aeroviária; na infraestrutura urbana ligada ao PAC e aos grandes eventos, estes últimos concentrados na região metropolitana do RJ; em centros de P&D; e na retomada da condição de sede de grandes empresas e instituições financeiras nacionais e transnacionais, como se pode observar nas figuras 1 e 2.

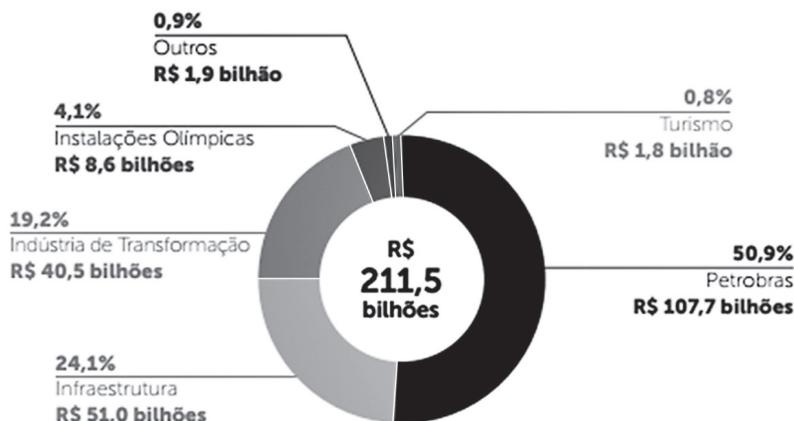


Figura 1 - Investimentos no Estado do Rio de Janeiro

Fonte: Firjan, 2012. Decisão Rio 2012-2014, p. 13. http://www.firjan.org.br/decisaoport2012-2014/files/decisaorio2012-2014_pt.pdf

SETOR	VALOR DO INVESTIMENTO NO PERÍODO 2012-2014 (R\$ BILHÕES)	%
Construção Naval	15,4	38,0
Siderurgia	10,1	24,8
Petroquímico	6,1	15,1
Automotivo	6,1	15,1
Outros	2,8	7,0
Total	40,5	100,0

Figura 2 - Investimentos previstos na indústria de transformação fluminense

Fonte: Firjan, 2012. Decisão Rio 2012-2014, p. 17. http://www.firjan.org.br/decisaoport2012-2014/files/decisaorio2012-2014_pt.pdf

Preveem-se grandes impactos na configuração socioespacial do estado. Rompendo com a história recente, o atual processo mobiliza e “integra”, des-estrutura e des-integra, áreas, municípios, micro e mesorregiões. Os investimentos vultosos em atividades industriais, portuárias e de logística de armazenagem e circulação de mercadorias atravessam o ERJ de Norte a Sul, incorporando áreas antes periféricas e excluídas, penalizadas nos ciclos dinâmicos anteriores, borrando as fronteiras territoriais e transformando as dinâmicas econômicas existentes, particularmente no litoral e no eixo rodoviário da BR-101.

Para os objetivos deste artigo interessa destacar, no conjunto dessas reflexões, os aspectos que reforçam o perfil *commodity*-exportador que vem caracterizando o crescimento recente da economia brasileira e priorizando as decisões de investimentos em energia, insumos básicos e infraestrutura de exportação. O Pós-Sal, o Pré-Sal e o PAC, suas expressões, situam-se nesse contexto, e explicam os investimentos no ERJ e no NF. Este será contemplado com complexo portuário, terminal exportador de minério de ferro, unidades de produção de energia, aço e navios, complexo metal-mecânico, complexo de serviço às atividades *offshore*, e seus desdobramentos na construção e ampliação de rodovias, ferrovias, aeroportos e instalações de manutenção, armazenamento e estocagem.

O retorno dos grandes investimentos públicos e privados com o ambicioso objetivo de se firmar como país produtor/exportador de matérias-primas e insumos básicos estratégicos privilegia a infraestrutura de logística de armazenagem, circulação e comércio internacional, planejada para a integração das malhas a corredores de exportação, o que leva à incorporação de novas fronteiras, seja como fontes de exploração/produção ou como corredores e plataformas de exportação, como no caso do NF, situado no mapa do Pré-Sal e da infraestrutura de logística para a exportação de *commodities* que vai do Porto de Ubu, em Anchieta-ES, ao Porto de Sepetiba, em Itaguaí, no Sul fluminense, passando pelo COMPERJ, maior polo petroquímico do Brasil, em Itaboraí.

O atrelamento da economia de um país a uma especialização acentuada, particularmente em recursos naturais, suscita referências à denominada *maldição dos recursos naturais* ou à *doença holandesa*⁶. No entanto, deve-se levar em conta os diferentes contextos sócio-históricos para escapar a uma visão determinista e evitar a naturalização desses fenômenos, uma vez que não constituem consequências inexoráveis da opção pelo perfil exportador de *commodities*. São produtos dos conflitos e confrontos entre os diferentes e, muitas vezes antagônicos, interesses dos grupos, segmentos e classes sociais, sobre as formas de produzir e distribuir a riqueza e o poder, numa determinada nação.

⁶ A primeira se refere aos problemas decorrentes do inevitável esgotamento dos recursos naturais; a segunda se refere às consequências desastrosas da não diversificação da economia de um país em direção a atividades industriais de alto valor agregado. Denominam situações históricas recorrentes, em diferentes países, nas quais os territórios que usufruem durante longo tempo de inebriantes fluxos de rendas decorrentes de exploração e produção de produtos naturais, de perfil monocultor, monopolizador do trabalho, da renda e das atividades econômicas, sofrem esvaziamento e depressão econômica, após o esgotamento dos recursos ou declínio da demanda. Para melhor compreensão, consultar Rosa, 2011.

A construção espacial da economia do petróleo no NF: seletividade e exclusão

A mesorregião (IBGE) Norte Fluminense abrange nove municípios: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra. Campos, o mais extenso e populoso, foi, até os anos 80, o grande polo regional, tendo sido sede, desde o século XVIII, de um importante complexo agroindustrial de produção de cana, açúcar e álcool, até meados do século XX, quando iniciou um lento declínio, com breves intervalos, até à quase extinção. Hoje, o setor conta com três unidades industriais, nenhuma de grande porte.

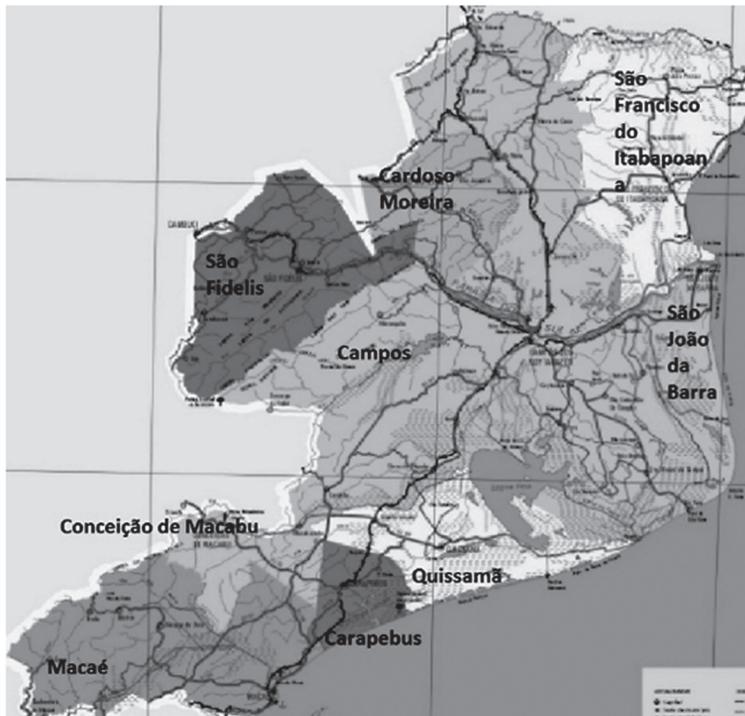


Figura 3. Região Norte Fluminense

Fonte: CIDE/RJ

A força polarizadora do município de Campos impôs o perfil *monocultor* à economia regional, sustentado ideologicamente por um regionalismo que assegurou às suas elites o monopólio sobre a política a economia, a sociedade e a cultura locais, produzindo um quadro de desigualdade, pobreza e exclusão territorial e social (CRUZ, 2003).

Com implantação do Complexo de E&P de petróleo e gás, na Bacia de Campos, na segunda metade dos anos 70 do século passado, o município de Macaé, onde foram concentrados os investimentos de capital fixo em instalações e equipamentos, tornou-se

o polo regional do Complexo. Embora a região não tenha instalações de beneficiamento, uma miríade de empresas de fornecimento de bens e serviços à exploração e produção, ao lado de algumas unidades industriais de produção de estruturas e equipamentos básicos instalou-se, a partir de Macaé (PIQUET, 2010), ao longo do litoral, no sentido do Rio de Janeiro, tornando essa faixa litorânea – que se estende pela mesorregião das Baixadas Litorâneas, até Niterói - a virtual *região do petróleo* estadual, do ponto de vista da territorialização das instalações físicas, dos impactos demográficos e urbanos e da geração de trabalho (CRUZ, 2011; PIQUET, 2003; PIQUET; SERRA, 2007b).

Essa rede de empresas fornecedoras de bens e serviços ao Complexo produziu, dentre os principais impactos, um acentuado crescimento do emprego formal e dos salários médios, mas, também, um vertiginoso crescimento demográfico desses municípios - Macaé, Quissamã e Carapebus, no NF, bem como dos pertencentes à região litorânea, em direção a Niterói – a partir dos anos 80 e 90 do século passado, com o conseqüente adensamento da malha urbana e sua conurbação, pressionando a infraestrutura, os serviços públicos e equipamentos coletivos, tradicionalmente precários (idem *ibidem*). O sentido desse vetor espacial de crescimento populacional deve-se, principalmente, ao poder de atração do Rio de Janeiro e ao fato de que os municípios litorâneos constituem área tradicional de lazer e turismo, firmando-se, com o petróleo, como locais de residência, particularmente de condomínios fechados para os trabalhadores de classe média e executivos das empresas do complexo.

A ausência de intervenção planejada com políticas públicas multissetoriais de base territorial permitiu a ocorrência de desordem e de caos urbano, de uma população “sobrante”, de favelização e de violência, produzindo índices que situam Macaé, por exemplo, em destaque nacional quanto a essa última (ver Mapa da Violência, 2012). Apesar do crescimento do emprego formal e dos salários médios, o “excedente populacional” relativo fez com que os níveis de desigualdade social e espacial, tradicionais na região, persistissem (CRUZ, 2005).

A Lei do Petróleo, de 1997, flexibilizou a exploração e produção e elevou, substancialmente, o volume das rendas petrolíferas – *royalties e participações especiais*⁷ – transferidas aos governos federal, estadual e municipal; no caso, aos *municípios produtores*⁸. Na primeira fase do ciclo regional da economia do petróleo – de meados dos anos 70 até a Lei do Petróleo – os impactos maiores derivaram dos investimentos em capital fixo, como o crescimento do emprego, da renda, e da população concentrados nos municípios aqui citados. Destaque-se que os demais municípios do NF, com exceção de Macaé, Quissamã e Carapebus, não sofreram impacto demográfico, conforme se verá adiante.

Os municípios *produtores*, que concentram as rendas petrolíferas, codinominados

⁷ Participações especiais são taxas adicionais sobre o diferencial de produtividade das áreas mais rentáveis.

⁸ *Municípios produtores* são os municípios classificados pela ANP-Agência Nacional do Petróleo como confrontantes com a jazida *off-shore*, em decorrência de critérios arbitrados por técnicos do IBGE, por isso mesmo os maiores contemplados com as rendas petrolíferas.

petrorrentistas (SERRA, 2005) – por serem altamente dependentes das elevadas rendas petrolíferas e, na sua maioria, não contarem com empresas do Complexo – decidem sobre o uso desses recursos milionários repassados, mensalmente, de acordo com a produção. Dos nove municípios que compõem o NF – *Campos dos Goytacazes*, *Macaé*, *S. João da Barra*, *Quissamã*, *Carapebus*, *S. Francisco do Itabapoana*, Conceição de Macabu, S. Fidélis e Cardoso Moreira, os cinco primeiros são *produtores*, ou, *petrorrentistas*.

O quadro 1 ilustra a dimensão do incremento das rendas ocorrido após 1997. Permite perceber as disparidades entre os *petrorrentistas* e aqueles, como S. Francisco do Itabapoana, que não estão classificados como *produtores*. Ao mesmo tempo, aponta a existência de uma diferenciação interna entre os valores per capita, que coloca Quissamã e S. João da Barra com valores duas a três vezes superiores aos demais privilegiados com essas rendas.

Quadro 1. Royalties + Participações Especiais Anuais em Valores Reais Per capita (corrigidos pelo INPC de Junho de 2012), 2000-2011 (municípios selecionados)

Beneficiário	Ano	População	Valor Corrente	Valor Real	Valor Per capita
Campos	2000	408.147	R\$ 157.870.442,17	R\$ 344.477.555,39	R\$ 843,14
Campos	2011	463.545	R\$ 1.229.794.125,20	R\$ 1.280.319.743,84	R\$ 2.371,71
Macaé	2000	134.479	R\$ 90.351.754,70	R\$ 198.004.550,39	R\$ 1.467,90
Macaé	2011	206.748	R\$ 482.234.594,04	R\$ 504.868.249,08	R\$ 2.351,71
Quissamã	2000	13.878	R\$ 32.271.214,42	R\$ 70.771.817,37	R\$ 5.086,40
Quissamã	2011	20.244	R\$ 92.661.282,69	R\$ 97.002.011,21	R\$ 4.583,59
S. J. da Barra	2000	27.755	R\$ 12.263.029,70	R\$ 26.955.150,10	R\$ 971,18
S. J. da Barra	2011	32.767	R\$ 251.489.932,31	R\$ 261.955.040,94	R\$ 6.993,12
S. F. do Itabapoana	2000	41.194	R\$ 1.920.246,11	R\$ 4.225.026,38	R\$ 102,56
S. F. do Itabapoana	2011	41.357	R\$ 6.737.771,48	R\$ 7.066.442,09	R\$ 170,86

Fonte: InfoRoyalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo e IBGE

Os quadros 2 e 3 ilustram a elevada dependência dos municípios *petrorrentistas* em relação às rendas petrolíferas. No quadro 2 percebe-se que o montante das rendas petrolíferas em relação ao da arrecadação tributária municipal própria é 12 vezes superior em Campos, 16 vezes em S. J. da Barra e 19 vezes em Quissamã. em S. F. do Itabapoana, tanto a arrecadação própria quanto a das rendas petrolíferas são irrisórias, o que explica os pesos praticamente equivalentes. Com exceção de Macaé, nos demais essa dependência aumentou entre 2000 e 2010. Em Macaé, o menor peso se deve à arrecadação própria gerada pelos impostos pagos pela Petrobras e empresas fornecedoras de bens e serviços, o que diminui a fragilidade.

O quadro 3 demonstra a dependência em termos da composição orçamentária desses municípios. Com exceção de Macaé, as rendas petrolíferas dos municípios *petrorrentistas* correspondem a mais da metade do orçamento, chegando a mais de 80% em S. J. da Barra. Mesmo tendo peso menor em Macaé, elas representam cerca de um terço do seu orçamento. O contraste com S. F. do Itabapoana ilustra, mais uma vez, as disparidades na distribuição das rendas entre os municípios. No período considerado, o

peso diminuiu em Quissamã e Macaé, sendo mais acentuado neste último, mas cresceu em Campos e S. J. da Barra.

Quadro 2. *Royalties* + Participações Especiais Anuais sobre Receita Tributária, 2000/2010*

Beneficiário	Ano	Royalties + Participações Especiais	Receita Tributária	(Royalties + PE) / Receita Tributária
Campos	2000	R\$ 157.870.442,17	R\$ 17.012.142,51	9,28
Campos	2006	R\$ 852.565.850,92	R\$ 70.080.727,81	12,17
Macaé	2000	R\$ 90.351.754,70	R\$ 16.591.337,00	5,45
Macaé	2010	R\$ 438.149.106,79	R\$ 352.711.560,35	1,24
Quissamã	2000	R\$ 32.271.214,42	R\$ 741.189,25	43,54
Quissamã	2009	R\$ 90.926.791,95	R\$ 4.705.247,47	19,32
S. F. do Itabapoana	2001	R\$ 2.435.114,08	R\$ 619.954,30	3,93
S. F. do Itabapoana	2010	R\$ 5.496.765,83	R\$ 3.757.694,70	1,46
S. J. da Barra	2000	R\$ 12.263.029,70	R\$ 838.545,00	14,62
S. J. da Barra	2008	R\$ 161.427.752,79	R\$ 9.996.312,45	16,15

Fonte: InfoRoyalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo e Secretaria do Tesouro Nacional. *Dados com informação disponível.

Quadro 3. *Royalties*+Participações Especiais Anuais sobre Receita Orçamentária, 2000/2010*

Beneficiário	Ano	Royalties + Participações Especiais	Receita Orçamentária	(Royalties + PE) / Receita Orçamentária
Campos	2000	R\$ 157.870.442,17	R\$ 271.636.444,56	0,58
Campos	2006	R\$ 852.565.850,92	R\$ 1.249.186.089,00	0,68
Macaé	2000	R\$ 90.351.754,70	R\$ 173.183.748,00	0,52
Macaé	2010	R\$ 438.149.106,79	R\$ 1.356.049.062,27	0,32
Quissamã	2000	R\$ 32.271.214,42	R\$ 53.528.390,35	0,60
Quissamã	2009	R\$ 90.926.791,95	R\$ 168.956.039,61	0,54
S. F. do Itabapoana	2001	R\$ 2.435.114,08	R\$ 24.597.328,76	0,10
S. F. do Itabapoana	2010	R\$ 5.496.765,83	R\$ 78.001.528,53	0,07
S. J. da Barra	2000	R\$ 12.263.029,70	R\$ 28.330.376,00	0,43
S. J. da Barra	2008	R\$ 161.427.752,79	R\$ 198.382.112,20	0,81

Fonte: InfoRoyalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo e Secretaria do Tesouro Nacional

O fato de essas rendas terem um peso muito grande em relação à arrecadação própria dos municípios – que tende a ser negligenciada ante a abundância das rendas petrolíferas – os coloca em posição de vulnerabilidade ante a constante ameaça de mudança nos critérios de distribuição das mesmas, vide a Lei Ibsen, de 2010, o que constitui um problema grave.

Nos quadros 1, 2 e 3 a seleção dos municípios obedeceu aos seguintes critérios: a) municípios onde ocorrerão os investimentos físicos do novos GIs (Campos, Quissamã e S. J. da Barra); b) S. Francisco do Itabapoana, como exemplo de município periférico regional, para efeito de contraponto, e que, por ser limítrofe de S. J. da Barra, deverá ser um dos mais diretamente afetados pelos impactos; e, c) Macaé, que, por ser a sede do Complexo de E&P, permite várias comparações importantes para este artigo.

O volume de recursos adicionados ao orçamento municipal desses municípios

gerou uma expectativa de melhoria das condições de urbanização, da rede de infraestrutura de serviços coletivos, e de oportunidades de emprego e renda. Com efeito, a construção de moradias, as redes públicas de água e esgoto, de educação e saúde, por exemplo, foram ampliadas. Constituiu-se, ainda, uma importante rede de unidades de ensino técnico e superior, por meio da expansão das já existentes e da implantação de novas unidades privadas, principalmente em Campos dos Goytacazes – que já era o polo de ensino superior da região, com três importantes unidades públicas e algumas privadas - viabilizada por programas municipais de bolsas de estudo para os moradores dos municípios *petrorrentistas*, sustentadas com as rendas petrolíferas (CRUZ, 2003; PIQUET; SERRA, 2007b; TERRA, 2004).

Nos municípios *petrorrentistas*, fora do território das instalações físicas, caso de Campos, São João da Barra, Quissamã e Carapebus – o emprego concentrou-se nas administrações públicas municipais, embora a rede de ensino, bem como a rede pública e privada de saúde, tenham sido contempladas. O mercado de trabalho regional, no entanto, foi polarizado pelas empresas do Complexo de E&P. As baixas taxas de crescimento demográfico de Campos e S. João da Barra confirmam o poder polarizador do mercado de trabalho de Macaé e demais municípios, onde as empresas do Complexo se instalaram. Já os municípios da Região das Baixadas Litorâneas, também denominada Região dos Lagos, que fazem parte dos *municípios produtores*, como Rio das Ostras, Búzios, Cabo Frio e Casimiro de Abreu, além de receberem rendas petrolíferas milionárias, estão situados no corredor territorial de instalação de empresas, de residências e de turismo, o que vem produzindo elevadas taxas de crescimento demográfico.

A economia regional do petróleo, com suas empresas e os orçamentos milionários dos *municípios produtores* segmentou o Norte Fluminense em três *grupos* de municípios: i) aqueles que recebem rendas petrolíferas e investimentos em capital fixo, com mercado de trabalho pujante e acentuado e constante crescimento populacional, como Macaé, com desdobramentos nos municípios das Baixadas Litorâneas; ii) os contemplados com as rendas petrolíferas, porém não beneficiados com os investimentos físicos diretos, com mercado de trabalho pouco dinâmico. Nesse grupo encontram-se municípios que não sofreram alteração nas taxas de crescimento demográfico, como Campos e S. João da Barra, e os que vêm mantendo altas taxas, caso de Quissamã e Carapebus, porém sem mercado de trabalho dinâmico. Esses dois devem o elevado crescimento populacional ao fato de terem se desmembrado de Macaé, no contexto do aumento das rendas petrolíferas, tendo montado suas máquinas administrativas nesse período, permanecendo como municípios-dormitório; iii) e os que se mantiveram como *periferia*, com estagnação e esvaziamento econômico e demográfico, caso dos municípios do NF não beneficiados nem com as rendas milionárias nem com instalações do complexo.

As rendas petrolíferas carregam um paradoxo: potencializam enormemente os investimentos em infraestrutura, equipamentos e serviços públicos, o que acarreta a

elevação das despesas com contratação de pessoal, e conseqüentemente, com o custeio da máquina administrativa. Os municípios são desafiados a fomentar atividades econômicas capazes de gerar outras fontes de arrecadação, para não ficarem reféns de uma fonte permanentemente ameaçada por uma inevitável tendência ao declínio e desaparecimento, atrelada ao ciclo de exploração e produção de petróleo e gás e aos fantasmas das pressões dos demais municípios pelo seu compartilhamento. Se a sua utilização não tiver como um dos objetivos centrais o aumento da arrecadação própria do município, o futuro se apresenta sombrio, como nos casos da *doença holandesa*, ou *maldição dos recursos naturais* (ver nota 6).

Essa ameaça é agravada pelas denúncias públicas de mau uso desses recursos, de que tem sido vítima o conjunto dos municípios *petrorrentistas* do NF, evidenciado na pequena mudança nos indicadores de qualidade de vida e distribuição de emprego e renda nos municípios privilegiados, e nos indicadores regionais, em geral, bem como na persistência e agravamento, em alguns aspectos, de uma periferia à margem dos benefícios. A existência de evolução positiva em alguns indicadores, nos municípios de Macaé e Quissamã, constituem exceções, e ocorrem em meio à estagnação de alguns a ao agravamento de outros.

Esses indicadores reforçam as vozes que defendem a diversificação e desconcentração espacial da estrutura produtiva regional para reduzir a dependência dos recursos do petróleo e construir alternativas à polarização do Complexo, o que contribuiu para a criação de fundos municipais de fomento às atividades econômicas, com os recursos das rendas petrolíferas, para a atração de empresas, reforçados por legislação estadual e municipal de incentivos.

Esses fundos objetivam, nos seus textos constitutivos, além de atrair empresas da cadeia do Complexo de E&P, implantar uma economia diversificada, com atividades alternativas e ênfase na implantação de indústrias, para diminuir a dependência das rendas petrolíferas. São eles, o FUNDECAM-Fundo de Desenvolvimento de Campos dos Goytacazes, de 2001; o FUMDEC-Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social de Macaé, de 2004; o Quissamã Empreendedor, de 2005; e o FUNDESAN-Fundo de Desenvolvimento de São João da Barra, de 2011 (ver portais das prefeituras). Eles merecem um estudo quanto à sua eficácia, enquanto estratégias planejadas de reforço de atividades existentes e de viabilização de novas atividades, buscando constituir e consolidar cadeias produtivas locais e regionais.

Muito embora este artigo enfatize a persistência de uma dinâmica econômica segregadora, em termos socioespaciais, o que explica a manutenção de um conjunto de municípios periféricos à economia petrolífera, é importante assinalar a constituição gradativa de um conjunto de recursos, decorrentes, direta e indiretamente, do efeito polarizador da economia do petróleo regional. Tal é o caso do fortalecimento de um importante polo de formação e qualificação da força de trabalho, constituído, principalmente, por Unidades do Sistema S e da rede de formação técnica estadual,

a FAETEC; pelo PUCG-Polo Universitário de Campos dos Goytacazes, da UFF-Universidade Federal Fluminense; pelo IFF-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, unidade de ensino médio, técnico e superior; pela UENF-Universidade Estadual do Norte Fluminense; e por mais de 10 unidades privadas de ensino superior e técnico, somente em Campos.

Esse conjunto tem grande potencial de C&T e P&D, já desenvolvendo algumas atividades em ambos os campos. O IFF e a UENF, por exemplo, vêm se expandindo no Norte, com unidades em Quissamã, Macaé e S. J. da Barra, e no Noroeste Fluminense, em Itaperuna, Bom Jesus do Itabapoana e S. Antonio de Pádua. Essa rede tem sido estratégica para a formação e qualificação de mão de obra para o Complexo de E&P, permitindo a inclusão de trabalhadores desses municípios, muitos deles mantendo residência e família nos municípios originários, fazendo circular a renda dos salários nessas localidades.

Em síntese, a herança dos primeiros trinta anos da economia regional do petróleo legou uma nova diferenciação interna na hierarquia dos núcleos urbanos com: a criação de novos municípios; a consolidação de Macaé como o grande polo regional; o direcionamento do crescimento populacional, pelo litoral, a partir de Macaé e municípios fronteiriços, no sentido do Rio de Janeiro, decorrente da concentração das empresas e dos núcleos residenciais nessa faixa do território; a reiteração do crescimento demográfico vegetativo no município de Campos, o polo tradicional e maior recebedor das rendas petrolíferas, tanto quanto nos municípios excluídos das rendas e dos investimentos diretos; a expansão da infraestrutura e dos equipamentos e serviços urbanos nos municípios *petrorrentistas*, com destaque para as redes de Saúde, Educação e de formação e qualificação técnica e profissional, polarizadas por Campos; a criação de fundos municipais nos municípios *petrorrentistas* voltados para a atração de empresas, a industrialização e a diversificação econômica; e, enfim, a percepção de que o uso das rendas milionárias não resolveu problemas econômicos, sociais e urbanos já existentes, bem como não gerou políticas públicas capazes de enfrentar positivamente os impactos do Complexo de E&P.

Parte desse problema se deve à má utilização das rendas petrolíferas; parte, à natureza extrativista da economia petrolífera regional, com traços de enclave e monocultura, dado o seu poder de polarização; e, parte, à dinâmica regional do desenvolvimento nacional, que se dá à revelia do planejamento público e de uma estratégia de enfrentamento das desigualdades socioespaciais voltada para a equidade e justiça espaciais.

O que deve permanecer e o que deve mudar com os novos Investimentos? Quais são a direção e o sentido dessas mudanças?

O NF no conjunto dos investimentos do ERJ e os impactos sobre o território

Os principais investimentos no NF são o CLIPA-Complexo Logístico, Industrial

e Portuário do Açú, em São João da Barra, e o CBF-Complexo Industrial e Logístico de Barra do Furado (CRUZ, 2010), em Campos dos Goytacazes e Quissamã.

O CLIPA consiste num megaporto, com dois terminais, sendo o maior com 13 km, com capacidade de atracação simultânea de 44 navios, para diversos tipos de carga, incluindo líquidos e grânéis, a princípio destinado a exportar o minério de ferro que chega ao porto por um mineroduto de 525 km, vindo de Minas Gerais, e por onde deverá entrar carvão mineral da China. Além de uma retroárea disponível para instalações de empresas, está sendo instalado, em área contígua, um Distrito Industrial do Governo do Estado, administrado pela CODIN-Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio de Janeiro. Estão previstas unidades de usinas termoelétricas, siderúrgicas, estaleiro, indústrias de cimento, peletização, armazenamento e estocagem, com ampliação para unidades de indústria metal-mecânica, incluindo montadora de veículos (*sites* LLX, PMCG, PMQ, PMSJB e FIRJAN, 2011).

O CBF-Complexo de Barra do Furado é composto de um Estaleiro, no município de Quissamã; de uma Base de Apoio *off-shore*, e de um Centro de estocagem de combustível, ambos voltados para o mercado das atividades *off-shore* de exploração e produção de petróleo e gás, no município de Campos dos Goytacazes. Localiza-se nas duas margens do Canal das Flechas, no seu encontro com o mar, na divisa entre os dois municípios.

O quadro 4 apresenta um síntese do conjunto de características dos dois complexos aqui analisados. Os aspectos ambientais foram relegados, por fugir à capacidade de análise do autor. No entanto, é importante assinalar que se trata de empreendimentos de grande impacto ambiental, com suporte em fontes não renováveis (SOFFIATI, diversos, 2011).

Quadro 4. Perfil dos novos Novos Investimentos no Norte Fluminense

Características GIs no NF/RJ	CBF- Complexo de Barra do Furado 1	CBF- 2	CLIPA- Complexo Port/Ind/Logist do Açú
Localização	Campos	Quissamã	S. J. da Barra
Unidades	.Base de Apoio <i>Off-Shore</i> (CHOUEST): Centro de Manutenção de barcos e Serviços às atividades <i>Off-Shore</i> . .Terminal de armazenamento de derivados de petróleo (ALUPAR) .Estaleiro (proj. em análise-EISA)	Estaleiro (STX)	1. Mineroduto; 2. Complexo Portuário; 3. Termelétricas(3); 4. Siderúrgicas (2); 5. Cimenteiras (2); 6. Montadora (1); 7. Estaleiro (1); 8. "Vila Terra"
Encadeamentos	Serviços ao Complexo E&P; Logística; construção naval	Construção Naval, Indústria e Logística de Apoio ao Complexo E&P	Extração Mineral; Exportação/Importação; Logística Portuária; combustível; Energia; Siderurgia; Construção Civil; Metal-Mecânica; Construção Naval; E&P
Área reservada/ total município	35km ² / 4.032km ² =aprox.1%	9 km ² /716km ² =1,25%	130km ² /457,8km ² = aprox. 30%*

Fonte: Mídia impressa e web: EBX; PMQ; PMCG; STX; EIS-Q. *Inclui área de reassentamento de população.

Como se pode observar no quadro 4, chama a atenção, conforme já apontado, o porte dos investimentos, particularmente com relação à área ocupada, não só em termos absolutos, mas, particularmente, com relação à área dos municípios. No caso do Açu está sendo implantada a Vila da Terra, para reassentar os proprietários desalojados do 5º distrito, onde se instalará o Distrito Industrial. Será implantado, ainda, um bairro residencial para funcionários qualificados do Complexo, em área também sendo adquirida pela LLX.

A análise do perfil desses investimentos revela a sua filiação ao atual padrão de inserção internacional da economia brasileira, também denominado de integração subordinada/passiva (ARAÚJO, 2000; PACHECO, 1998), ou de retorno ao padrão primário-exportador, embora atualizado pelos elevados níveis de inversão tecnológica (NASSIF, 2011). Destacam-se duas características importantes, no caso aqui abordado:

- A existência de potencial de instrumentalização do território como plataforma de exportação, com perfil de economia de enclave, acionada *de e para* fora da região onde se instala, em decorrência do baixo grau de interatividade com a economia e os agentes sociais locais. O território é utilizado como trampolim, dada a falta de articulação com os empreendimentos e com a sociedade local e regional, transformado em mero suporte físico de investimentos em *k* fixo, com especialização em produtos primários e semibeneficiados, do tipo *commodities*.

- Tendência à instrumentalização das administrações municipais, possuidoras de recursos fartos decorrentes das rendas petrolíferas, para obtenção de toda a sorte de facilidades, isenções e apoio financeiro – as prefeituras locais arcam com parte dos investimentos de infraestrutura – bem como para legitimar suas práticas, ritmos e estratégias, uma vez que são recebidos como “investimentos redentores”.

Por outro lado, esse conjunto de investimentos apresenta grandes potencialidades para o desenvolvimento regional, a saber: implantação de unidades industriais, de um parque metal-mecânico, com fabricação de aço, navios e veículos automotores; o que, dada a existência de uma rede importante com capacidade de atuação em C&T e P&D, e na formação e qualificação de mão de obra, nos níveis médio e superior, e de uma rede urbana com infraestrutura relevante de comércio e serviços, além do parque de empresas fornecedoras de bens e serviços ao Complexo de E&P, pode gerar um encadeamento de empresas locais e regionais no conjunto desses empreendimentos, considerando-se aí, também, o complexo de E&P, em expansão tanto no Pós-Sal quanto no Pré-Sal.

Apesar do potencial de emprego ser relevante optou-se por não apresentar nenhum número, dadas as grandes disparidades existentes entre as fontes. Quanto aos encadeamentos, percebe-se, no quadro 4, que existe potencial, em função do Complexo de E&P; fora dele, os encadeamentos vão depender de intervenções de políticas direcionadas para tal. Essas potencialidades podem se efetivar, no contexto de um processo de internalização da dinâmica econômica, de desconcentração da dinâmica socioespacial do desenvolvimento e de industrialização diversificada da

economia, à escala regional, o que irá demandar a articulação das diferentes escalas de Governo.

Como se trata de investimentos estratégicos para o padrão de inserção internacional da economia brasileira, o Governo Federal entra com recursos do PAC, ao lado de recursos estaduais e municipais. No CBF, por exemplo, os Governos federal, com o PAC 2 (R\$ 50 milhões), e estadual (R\$ 20 milhões), participam com investimentos diretos, a fundo perdido, assim como os municípios de Quissamã e de Campos dos Goytacazes (R\$30 milhões e R\$75 milhões, respectivamente), nas obras de dragagem do canal e outras obras de infraestrutura. O dado novo é a capacidade de investimentos desses municípios, graças às rendas petrolíferas, o que pode ser conferido nos sites e portais aqui mencionados.

Além desses recursos, há os incentivos estaduais da Lei “Rosinha” (redução do ICMS, de 19% para 2% para investimentos na região), assim denominada por ter sido criada na gestão da governadora Rosinha Garotinho, e do DI-Distrito Industrial – na implantação do Porto do Açú, as desapropriações de terras de tradicionais pequenos produtores rurais, para sua instalação, que têm gerado conflitos, foram assumidas pela CODIN – Companhia de Desenvolvimento Industrial; e municipais, que variam, ligados à cessão dos terrenos, a galpões e a linhas de financiamento subsidiadas, dentre outros.

As figuras 4 e 5 ilustram a importância desses investimentos regionais no contexto estadual, inclusive na indústria de transformação.

INVESTIMENTO	SETOR	MUNICÍPIO	OBJETIVO	VALOR DO INVESTIMENTO NO PERÍODO 2012-2014 (R\$ BILHÕES)
Siderúrgica da Ternium	Siderúrgico	São João da Barra	Implantação	8,8
Exploração de campos de petróleo pela OGX	Energia	Vários	Implantação	6,5
Unidade de Construção Naval do Açú – OSX	Construção Naval	São João da Barra	Implantação	3,0
Complexo Portuário do Açú	Transporte/ Logística	São João da Barra	Implantação	2,7
Integração de navios FPSO OSX-4 e OSX-5 para OGX	Construção Naval	São João da Barra	Construção de Embarcação	0,9

Figura 4 – Principais investimentos na região norte fluminense

Fonte: Firjan, 2012. Decisão Rio 2012-2014, p. 21. http://www.firjan.org.br/decisaoport2012-2014/files/decisaorio2012-2014_pt.pdf

INVESTIMENTO	SETOR	MUNICÍPIO	VALOR DO INVESTIMENTO NO PERÍODO 2012-2014 (R\$ BILHÕES)
Siderúrgica da Ternium	Siderurgia	São João da Barra	8,8
Comperj	Petroquímico	Itaboraí	5,3
PROSUB	Construção Naval	Itaguaí	5,2
Unidade de Construção Naval do Aço – OSX	Construção Naval	São João da Barra	3,0
Fábrica da Renault-Nissan	Automotivo	Resende	2,6
Fábrica da PSA Peugeot Citroën	Automotivo	Porto Real	1,7
Estaleiro Mauá	Construção Naval	Niterói	1,5
Estaleiro Ilha S.A.	Construção Naval	Rio de Janeiro	1,3
Siderúrgica Gerdau (Cosigua)	Siderurgia	Rio de Janeiro	1,2
Grupo Fischer - CBO	Construção Naval	Niterói	1,1

Figura 5 –Maiores investimentos da industria de transformação

Fonte: Firjan, 2012. Decisão Rio 2012-2014, p. 17. http://www.firjan.org.br/decisaoport2012-2014/files/decisaorio2012-2014_pt.pdf

Apesar de estarem vinculados a um padrão portador de elevado grau de vulnerabilidade, pela dependência em relação a atividades afetadas pela alta instabilidade e volatilidade do mercado internacional de *commodities*, esses empreendimentos, no caso do CLIPA e do CBF, diferentemente do Complexo de E&P do NF, que carrega traços de enclave, por não incorporar o beneficiamento, e de monocultura, ao polarizar o conjunto das atividades econômicas regionais, possuem elementos, tanto de ampliação da cadeia do Complexo de E&P quanto de diversificação da base econômica e produtiva, potencializando um processo de industrialização da região e de encadeamentos com atividades regionais já existentes.

O expressivo volume dos investimentos em curso apresenta uma grande capacidade de atração de força de trabalho de todos os rincões do país, ante a perspectiva de emprego formal e de salários atraentes. A atração de população constitui um dos mais graves impactos. A região possui uma herança de municípios deprimidos economicamente, de território carente de ordenamento, em termos de infraestrutura e logística, onde imperam administrações locais sem experiência de planejamento territorial, social, econômico e urbano, com baixa capacidade político-administrativa e baixa cultura de políticas públicas cidadãs.

A este aspecto se soma o da sobrecarga sobre o sistema viário, uma vez que a região é desprovida de outros modais de transporte além do transporte rodoviário, pela rodovia BR 101, a grande via nacional, já há anos saturada; e aeroviário, de pequeno porte.

Quais são os sinais já perceptíveis desses impactos? Que desafios apontam?

Os novos investimentos e o NF: impactos perceptíveis e vetores espaciais

O desafio de difusão territorial dos benefícios dos novos investimentos se torna maior, no NF, ante o fato de que a região apresenta déficit histórico de infraestrutura urbana e baixos níveis de escolaridade, saúde, saneamento e habitação, dentre outros. O contraste entre municípios dinâmicos e periferias esvaziadas pelo efeito polarizador dos primeiros se manteve, assim como a segregação urbana e as desigualdades socioespaciais.

A economia do petróleo do NF deu novos contornos à diferenciação espacial interna na região, por meio da criação de novas unidades político-administrativas, de uma nova segmentação entre centro e periferia, criando um novo polo regional, Macaé, e, no interior do segmento dos municípios *centrais* – *petrorrentistas* – com uma diferenciação acentuada entre os que são sede de investimentos em instalações físicas e recebem rendas petrolíferas e aqueles contemplados somente com rendas monetárias.

Os investimentos diretos nas instalações do Complexo de E&P se restringem, na região NF, ao município de Macaé. O *território dos investimentos diretos* se estende pela Região das Baixadas Litorâneas, ou *Região dos Lagos*, em direção aos municípios de Niterói e Rio de Janeiro, pelo litoral. Esta seria a *região do petróleo* do ERJ, compreendida como aquela que sedia as instalações físicas do complexo, pois concentra as empresas fornecedoras do Complexo, o mercado de trabalho e a população imigrante em busca dos empregos.

Isto se evidencia no contraste entre sua dinâmica demográfica e a dos demais municípios do NF, com exceção dos municípios de Quissamã e Carapebus, que se emanciparam a partir de distritos de Macaé, recebendo grande contingente populacional no processo de sua estruturação político-administrativa e se mantendo enquanto cidades-dormitório, dada a contiguidade com Macaé.

Tais recortes são fundamentais para se compreender, em toda a sua complexidade e diversidade interna, os processos de reestruturação do espaço regional ocorridos até o presente e os que se anunciam com os novos investimentos.

Os vetores principais de reestruturação do território têm sido os investimentos diretos, em equipamentos e instalações físicas, e as rendas petrolíferas. O primeiro impacta principalmente no crescimento demográfico, na criação de empregos, e na pressão sobre a infraestrutura urbana e social; o segundo, apesar de potencializar a capacidade de investimentos das administrações municipais, tem sido canalizado para os gastos com infraestrutura e com pessoal ocupado nas prefeituras, o que tem impactado positivamente o comércio, os serviços e a construção civil, mas sem grandes impactos no mercado de trabalho e, por conseguinte, nas taxas de crescimento demográfico, até recentemente.

Como os novos investimentos diretos em capital fixo contemplam municípios que ficaram de fora daqueles do complexo de petróleo e gás, prevê-se uma forte reestruturação do território regional. Os dados do Censo Demográfico 2010, do IBGE, já anunciam inflexões nesse processo, decorrentes, em parte, do fomento à instalação de empresas

patrocinadas pelos fundos municipais, com recursos das rendas petrolíferas e, em parte, dos novos investimentos. Estes, como já foi assinalado, carregam elementos de desconcentração espacial, com atividades não ligadas diretamente à economia do petróleo, o que vai na contramão das tendências predominantes até o momento.

São aspectos relevantes, considerando-se que a natureza extrativista e rentista da economia petrolífera adiou o processo de industrialização da região, reforçou a segregação e concentração espaciais dos investimentos e monopolizou os recursos e as potencialidades alternativas e diversificadoras.

Para reforçar a argumentação deste artigo, de que a reestruturação recente do espaço regional está vinculada à natureza do vínculo com a economia petrolífera e de que esta deverá sofrer inflexões com os vetores introduzidos pelos novos investimentos aqui analisados, buscaram-se evidências na dinâmica demográfica dos municípios do NF e dos municípios litorâneos da Região dos Lagos. Tomou-se como referência os dois períodos do ciclo regional do petróleo, balizados pelos Censos: o primeiro, entre 1980 e 2000, correspondente ao período anterior à Lei do Petróleo (1997); e o segundo, entre 2000 e 2010, correspondente ao período pós-Lei do Petróleo, com suas rendas milionárias e os novos investimentos. Os dados reforçam a argumentação, demonstrando que a clivagem revela a existência de vetores decisivos na reestruturação do espaço regional.

Quadro 5. Evolução da população do NF antes e após a Lei do Petróleo

Município	1980	1991	2000	2010	2000-1980 (pré-Lei)	2010-2000 (pós-Lei)
Carapebus*	—	—	8.666	13.348	—	54%
Campos	348.542	376.306	407.168	463.545	16,8%	13,8%
Cardoso Moreira**	—	12.803	12.595	12.540	—	- 0,4%
Conceição de Macabu	13.624	16.963	18.782	21.200	37,8%	12,87%
Macaé***	75.863	100.895	132.461	206.748	74,6%	56%
Quissamã*	—	10.467	13.674	20.244	—	48%
S. F. do Itabapoana****	—	—	41.145	41.357	—	0,5%
S. Fidélis	34.973	34.581	36.789	37.543	5,2%	2%
S. J. da Barra*****	55.588	59.561	27.682	32.767	—	18,4%

Fonte: IBGE. *Municípios emancipados de Macaé. **Município emancipado de Campos dos Goytacazes. ***Foi descontada a população dos distritos emancipados. ****Município emancipado de S. João da Barra. *****Os dados de 1980 e 1991 incluem a população do distrito de S. F. do Itabapoana; por isso não foi calculado o crescimento populacional no período pré-Lei do Petróleo

O quadro 5 permite algumas constatações:

- Dos nove municípios que compõem cada uma das regiões, quatro, em cada uma, foram criados após o início da exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Campos, o que produz um imediato aumento da população, decorrente da montagem da máquina administrativa e dos empregos decorrentes.
- O grande impacto demográfico, desde o início da exploração petrolífera, se dá no território de implantação das construções físicas do Complexo, a partir de Macaé e seus ex-distritos emancipados, em direção ao município do Rio de Janeiro, pelo litoral, incorporando a Região das Baixadas Litorâneas à efetiva *Região do Petróleo*. Quissamã,

Carapebus e Rio das Ostras (BL), municípios fronteiriços com Macaé, têm tido taxas mais elevadas que os demais. Conceição de Macabu, embora fronteiriço, no entanto, não os acompanhou, talvez por não ser litorâneo e não ser contemplado com as elevadas rendas petrolíferas.

- O mesmo não ocorreu nos demais municípios do NF, incluindo os municípios contemplados com as rendas milionárias, como Campos e S. J. da Barra, e seus vizinhos. Portanto, só três, dos nove municípios do NF, sofreram esse impacto, no primeiro momento do ciclo.

- Após a Lei do Petróleo, que aumentou os recursos financeiros dos municípios produtores, foi mantido o ritmo de crescimento demográfico do território contemplado com os investimentos diretos, mas se deu um aumento nas taxas de crescimento demográfico dos municípios *petrorrentistas* não contemplados com investimentos diretos – Campos e S. J. da Barra.

- Como são os investimentos diretos o divisor de águas, tal inflexão deve ser atribuída ao início das obras civis dos complexos e seu reflexo na expansão e na implantação de empresas de construção civil e serviços, o que já se reflete na geração de empregos, nas edificações e, particularmente na construção de hotéis de bandeira internacional, sem desconsiderar os investimentos atraídos pelos fundos de fomento e incentivos criados por esses municípios, com as rendas petrolíferas. As obras do CLIPA tiveram início em 2007.

- Os novos investimentos – CLIPA e CBF – já mostram sinais dos impactos populacionais que deverão causar nos municípios contemplados, haja vista que S. J. da Barra, que receberá o maior empreendimento, apresentou taxa de crescimento superior a Campos na última década, após décadas de estagnação até 2000.

Buscando refinar a análise, o quadro 6 apresenta a evolução da população dos municípios do NF, do ERJ e do Brasil, restrita à comparação entre a década imediatamente anterior à Lei do Petróleo (1991-2000) e a primeira década da sua vigência (200-2010), para aquilatar o seu papel como um dos vetores da inflexão na reestruturação do espaço regional, bem como para detectar a influência da conjuntura e do contexto dos novos investimentos.

Quadro 6. População dos Municípios do Norte Fluminense: evolução recente

UNIDADE	1991	2000	2000-91 (%)	2010	2010-00 (%)
Brasil	146.917.459	169.590.693	15,4	190.732.694	12,46
Estado do Rio de Janeiro	12.787.376	14.367.083	12,35	15.993.583	11,32
Município	1991	2000	2000-1991 (%)	2010	2010-2000
Campos dos Goytacazes	376.306	406.989	8,15%	463.545	13,9
S. João da Barra	26.203	27.682	5,64	32.767	18,37
Quissamã	10.467	13.674	30,6	20.244	48,05
S. Francisco do Itabapoana	33.358	41.145	23,34	41.357	0,52
Macaé	100.895	132.461	31,28	206.748	56,08
São Fidélis	34.581	36.789	6,38	37.553	2,08
Conceição de Macabu	19.963	18.782	-5,91	21.200	12,87
Carapebus	6.769	8.666	28,02	13.348	54,03
Cardoso Moreira	12.803	12.595	-1,62	12.540	-0,44

Fonte: IBGE, Censos

Como se pode observar, entre 91 e 2000, as taxas de crescimento demográfico de Campos e S. J. da Barra, bem como dos municípios periféricos do Norte Fluminense, quais sejam, S. Fidélis, Conceição de Macabu e Cardoso Moreira, foram bem abaixo das taxas estaduais e nacionais no período, sendo que nos dois últimos houve perda de população. A elevada taxa de S. Francisco do Itabapoana se explica pela emancipação, como nos casos semelhantes aqui citados, tanto que na década seguinte essa taxa cai abruptamente.

Já os municípios contemplados com os investimentos físicos do Complexo – Macaé, principalmente – cresceram a taxas bem mais elevadas que as estadual e nacional, evidenciando a relação estreita entre essas taxas e a localização das instalações de capital fixo do Complexo. No período 2000-2010, em plena vigência das rendas petrolíferas, essas taxas se elevam para todos os nove municípios, com exceção de S. Fidélis, já que o caso de S. Francisco do Itabapoana foi explicado. Os municípios de Carapebus e Quissamá, apesar do crescimento populacional, se caracterizam ainda como municípios-dormitório, embora este último já esteja colhendo frutos do fundo municipal de fomento à implantação de empresas, e deverá ter essa situação profundamente alterada pelo CBF.

O quadro 7 mostra que todos os municípios das Baixadas Litorâneas tiveram crescimento demográfico superior às taxas do país e do ERJ (dados no quadro 6), e às dos municípios do NF não contemplados com os investimentos de K fixo. Percebe-se, também, que no período pós-Lei do Petróleo, quando entram em cena as rendas petrolíferas milionárias, essas taxas aumentam. No caso dessa região, não só os investimentos físicos explicam essa dinâmica, mas o fato de que, estando no vetor territorial de investimentos diretos do complexo, tornaram-se sede dos empreendimentos imobiliários, para residência e turismo. Com o COMPERJ, não só essa condição será reforçada, como será sede de diversos investimentos em empresas e infraestrutura de logística, como terminal marítimo e aeroporto.

Quadro 7. Evolução da população das Baixadas Litorâneas, antes e após a Lei do Petróleo

Município	1980	1991	2000	2010	1980-2000 (pré-Lei)	2000-2010 (pós-Lei)
Araruama	49.827	59.024	82.803	112.008	66%	35,27%
Armação de Búzios*	—	—	18.204	27.560	—	51,4%
Arraial do Cabo*	—	19.866	23.887	27.715	—	16%
Cabo Frio	70.961	84.915	126.828	186.227	78,72%	46,8%
Casimiro de Abreu	22.161	33.845	22.152	35.347	0,04%	59,6%
Iguaba Grande**	—	—	15.089	22.851	—	51,4%
Rio das Ostras***	—	—	36.419	105.676	—	190,2%
S. Pedro da Aldeia	37.508	50.474	63.227	87.875	68,6%	39%
Saquarema	28.200	37.888	52.461	74.236	86%	41,5%

Fonte: IBGE. *Municípios emancipados de Cabo Frio. **Iguaba Grande foi emancipado do município de S. Pedro da Aldeia. ***Rio das Ostras foi emancipado de Casimiro de Abreu. ****A população dos municípios emancipados não prejudicou o cálculo dos municípios de origem

Além do demográfico, outro aspecto importante para se dimensionarem os impactos dos novos investimentos sobre a estruturação do espaço regional, e com quem guarda estreita relação, é o da dinâmica do emprego formal (quadro 8). Um dos impactos positivos na socioeconomia dos municípios contemplados com os investimentos diretos tem sido a criação de postos de trabalho formais, com salários superiores aos vigentes em outros segmentos. O caso de Macaé impressiona. Com menos da metade da população de Campos, possui uma quantidade de empregos formais quase 30% superior, em números absolutos, muito embora a maior parte deles se encontre nas empresas terceirizadas da Petrobras, principalmente na área de serviços, onde existem aspectos de precarização.

Quadro 8. Evolução do Pessoal Ocupado (formal) nos Municípios Selecionados, 2000/2010

Beneficiário	Ano	Pessoal Ocupado Total* (* exceto pessoal ocupado na Administração Pública)	Pessoal Ocupado na Administração Pública
Campos	2000	41.645	6.096
Campos	2010	69.957	17.423
Macaé	2000	34.880	3.095
Macaé	2010	105.927	9.848
Quissamã	2000	1.105	1.139
Quissamã	2010	1.200	2.156
S. F. do Itabapoana	2000	617	373
S. F. do Itabapoana	2010	1.422	981
S. J. da Barra	2000	1.867	740
S. J. da Barra	2010	3.817	3.580

Fonte: InfoRoyalties, a partir de Agência Nacional do Petróleo e Ministério do Trabalho e Emprego (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS)

As taxas de crescimento do emprego formal, excluído o emprego na administração pública, no pós-Lei do Petróleo, são bastante elevadas e bem superiores às do crescimento demográfico, em Campos e Macaé. S. Francisco é uma exceção, já aqui explicada. S. J. da Barra já reflete o início das obras do CLIPA, em 2007. Os dados de Quissamã demonstram que ainda é um município-dormitório, o que deverá mudar com as instalações locais do CBF. Como os empregos são registrados nos municípios onde estão as empresas, uma parcela do emprego computado para Macaé refere-se a pessoas residentes em Campos e Quissamã que trabalham em Macaé. Ainda assim, o mercado de trabalho formal de Macaé é bem superior aos dos demais municípios.

Chama atenção, ainda, o acentuado crescimento do emprego público nesses municípios e o seu peso no total, com exceção de Macaé. O crescimento das receitas municipais tem papel importante no aumento do emprego público, decorrente tanto da tendência clientelista de acomodar na administração os compromissos eleitorais quanto dos investimentos em infraestrutura e equipamentos urbanos, demandados pelo crescimento demográfico, caso de Macaé, Quissamã e S. Francisco (os dois últimos pela recém-emancipação), o que implicam o aumento dos gastos de custeio, já aqui

abordado. Seu elevado peso sem a contrapartida de investimentos produtivos diretos constitui uma bomba-relógio para esses municípios.

O município de Macaé é o único em que as taxas de crescimento das ocupações formais foram superiores no setor não público, reforçando novamente o papel da localização das instalações físicas de empresas na dinâmica socioeconômica regional.

As nuances desses dados reforçam os argumentos deste artigo. Um olhar sobre as taxas de cada município confirma os recortes e a segmentação aqui apresentados. Essa segmentação marcada por profundos contrastes, decorrente da economia regional do petróleo, tende a sofrer profundas alterações, no sentido da desconcentração dos investimentos em capital fixo no Norte Fluminense, **da abertura** de uma nova fronteira territorial de crescimento econômico e da **indução** de um processo de industrialização regional diversificado, especializando a produção regional e fortalecendo atividades já existentes, em S. J. da Barra, Campos, Quissamá, e no seu entorno, principalmente.

Não se pode prever, ainda, a distribuição territorial dos impactos que o CLIPA e o CBF provocarão no Norte Fluminense. Por um lado, têm-se, mais ao norte, no centro-sul do ES-Estado do Espírito Santo, investimentos em portos e siderúrgica, em região contígua ao Noroeste e Norte fluminense. Por outro lado, ao sul, o poder de atração do município do Rio de Janeiro, os fatores que beneficiam a região litorânea como residencial e o vetor que direciona o crescimento para o entorno do COMPERJ, em Itaboraí, município contíguo às Baixada Litorâneas e à Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esse vasto território tende a formar um só *continuum* de investimentos diretos, constituindo um corredor urbano-regional.

O CLIPA se situa na fronteira norte do município de Campos; o CBF, no sul do município. Com isso, a capacidade instalada e em expansão da infraestrutura urbana, de formação e qualificação de mão de obra, e de logística e serviços de Campos, sua área e sua população, bem com sua tradição como polo regional, o credencia como receptor da maioria das instalações físicas de suporte, apoio, fornecimento e serviços, aos dois complexos, bem como da maior parte das instalações residenciais e de hotelaria. Caso tal fato se confirme, há possibilidades de ocorrência, induzida e espontânea, de alocação de parte dos investimentos em municípios vizinhos, como S. F. do Itabapoana, S. Fidélis e Cardoso Moreira, que podem se tornar municípios-dormitório, pelas condições mais acessíveis dos preços da terra, dos imóveis e dos aluguéis.

O Norte-Leste do ERJ como novo corredor de investimentos

Processos induzidos e estimulados pela proximidade com os investimentos do ES, particularmente em Anchieta (Ubu) e Presidente Kennedy, reforçados pela infraestrutura viária, que liga esse estado ao sul do ERJ, em breve reforçada pelo asfaltamento da ligação litorânea, podem gerar um crescimento urbano desconcentrado e uma nova

conurbação litorânea unindo o centro-sul do ES ao Rio de Janeiro, passando pelo NF. Interessa, para efeito deste artigo, verificar o potencial dos dados agregados do NF com o Leste do ERJ.

Para evidenciar a existência potencial desse vetor territorial de crescimento econômico, utiliza-se aqui a classificação da FIRJAN (RETRATOS REGIONAIS, 2011), que agrega os municípios de Itaboraí, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá, à Região das Baixadas Litorâneas, criando a Região Leste, uma vez que o COMPERJ – o maior investimento no ERJ – vai impactar diretamente esse conjunto de municípios. Isto reforça nossa argumentação de que para se compreenderem as transformações no NF tem-se que considerar o conjunto dos investimentos no ERJ e no território que vai até o sul do ERJ.

A figura 6 mostra que os investimentos nas regiões Leste e Norte, somados, representam o maior volume do estado, superando os da sede. O NF é detentor do segundo maior volume, só superado pela sede, que computa os investimentos para os grandes eventos. Já o Leste sedia o maior investimento, que é o COMPERJ, conforme a figura 7.

REGIÃO	VALOR DO INVESTIMENTO NO PERÍODO 2012-2014 (R\$ BILHÕES)	%
Sede – Município do Rio de Janeiro	34,5	16,3
Região Norte Fluminense	26,0	12,3
Região Sul Fluminense	14,1	6,7
Região Baixada Fluminense – Área I	11,9	5,6
Região Leste Fluminense	11,4	5,4
Região Baixada Fluminense – Área II	2,7	1,3
Região Noroeste Fluminense	0,8	0,4
Região Serrana	0,5	0,2
Região Centro Norte Fluminense	0,5	0,2
Várias*	109,1	51,6
Total geral	211,5	100,0

Figura 6 – Investimentos previstos por região do estado

Fonte: Firjan, 2012. Decisão Rio 2012-2014, p. 20. http://www.firjan.org.br/decisaoport2012-2014/files/decisaorio2012-2014_pt.pdf

INVESTIMENTO	SETOR	MUNICÍPIO	OBJETIVO	VALOR DO INVESTIMENTO NO PERÍODO 2012-2014 (R\$ BILHÕES)
Comperj	Petroquímico	Itaboraí	Implantação	5,3
Estaleiro Mauá	Construção Naval	Niterói	Construção de Embarcação	1,5
Investimentos Cedae	Saneamento Básico	Vários	Implantação e Expansão/Modernização	1,3
Grupo Fischer – CBO	Construção Naval	Niterói	Construção de Embarcação	1,1
STX Europe	Construção Naval	Niterói	Construção de Embarcação	0,9

Figura 7 – Principais investimentos na região leste fluminense

Fonte: Firjan, 2012. Decisão Rio 2012-2014, p. 23. http://www.firjan.org.br/decisaoport2012-2014/files/decisaorio2012-2014_pt.pdf

O quadro 9 reúne um conjunto de indicadores que permitem uma visão mais ampla e de conjunto sobre o peso dessas duas *regiões* no contexto da socioeconomia estadual, ilustrando o fenômeno espacial que produz um território desenhado pelos novos investimentos agregados aos investimentos na economia do petróleo. Nele, a região das Baixadas Litorâneas aparece contida na região Leste, devido à classificação utilizada pela fonte dos dados, como já assinalado. A inclusão e exclusão de alguns municípios não alteram a análise, uma vez que se quer destacar o fato de que as duas regiões ganham importância econômica e demográfica no conjunto das regiões do ERJ.

Quadro 9. Indicadores da importância crescente das regiões Norte e Leste no ERJ*

Região	População		% PIB ERJ/ posição (2008)	% dos empregados ERJ (2009)/ Posição	% n° estabel. ERJ/posição (2009)	Dez maiores investimentos ERJ 2010-2012	
	% ERJ/ Posição	Varição 2010-2000				Localização	Importância
Norte	5,3/6°	22,0/1°	13,0/2°	5,3/5°	5,4/5°	4	2°, 3°, 7° e 8°
Leste**	16,4/2°	22,0/1°	11,6/4°	11,8/2°	14,7/2°	1	1°

Fonte: FIRIJAN, Retratos regionais, 2011; elaboração do autor.

Obs. *O município do Rio de Janeiro é o primeiro colocado em todos os indicadores, com exceção do crescimento populacional.**Região delimitada pela Firjan, que reúne Baixadas Litorâneas e municípios afetados diretamente pelo COMPERJ.

Apesar do pequeno peso demográfico das duas regiões no total do estado, percebe-se que elas apresentaram a maior taxa de crescimento da última década, dentre as nove regiões consideradas, e, pelo que se observa, essa tendência deve permanecer por um longo tempo, o que prenuncia uma mudança de posição no *ranking* estadual. Para ilustrar, as previsões para os municípios de Campos e São João da Barra, assumidas pela

EBX, *holding* das empresas de Eike Batista envolvidas no Complexo do Açú, citando o IBGE como fonte das projeções, e que constitui a referência com que as prefeituras e empresas envolvidas trabalham, constando do EIA-RIMA, é de que nos próximos 15 anos a população conjunta de Campos e São João da Barra passará das atuais quinhentas mil pessoas a um milhão, sendo 750.000 em Campos e o restante em SJB, que crescerá mais, proporcionalmente.

Com relação ao PIB, o NF estava em segundo lugar e o Leste em quarto, em 2008, dentre as nove regiões, sendo que o primeiro lugar pertencia ao município do Rio de Janeiro. Em número de empregados e de estabelecimentos, enquanto o NF ocupava o quinto lugar, em 2009, o Leste já detinha o 2º lugar. Mais uma vez, o primeiro posto estava com o município do Rio. Finalmente, dos dez maiores investimentos previstos para o ERJ, no período 2010-2012, cinco se encontravam nas duas regiões, sendo quatro no NF. O GI do Leste é o COMPERJ, cujos impactos têm a BL como uma das regiões que serão mais afetadas. É possível que, ao invés de beneficiar os aqui denominados municípios periféricos – que ainda se mantêm à margem de qualquer investimento – os novos investimentos reforcem a tendência de concentração no território litorâneo, como no caso de S. J. da Barra, Campos e Quissamã, não só pela sua natureza – portos e estaleiros, por exemplo – como pelo fato de que a saturação da BR-101 aponta, como alternativa, a via litorânea para a circulação de mercadorias, num *continuum* que iria do ES à RMRJ.

Um dos aspectos da dinâmica concentradora dos GIs é que esses investimentos são decididos em gabinetes dos executivos, nas três escalas, ou na articulação simultânea das mesmas, sem participação da sociedade e dos movimentos que expressem os interesses da população afetada, direta e indiretamente, e sem a publicização de cláusulas especiais dos termos de implantação das mesmas (VAINER, 2007). Essas práticas têm produzido formas variadas de violência contra assentamentos humanos consolidados, além de arregimentação de grandes contingentes de trabalhadores sob regime de trabalho e ganhos precários, resultando em manifestações, paralizações, greves, conflitos e choques, como os ocorridos recentemente, no primeiro semestre de 2011, com trabalhadores envolvidos na construção do terminal portuário do Açú e com famílias que estão sendo desalojadas na área de implantação do Distrito Industrial do mesmo complexo. Vide os casos de ocorrências semelhantes em megaobras do PAC, como nas hidrelétricas de Jirau e Belo Monte.

Considerações Finais

É cedo para se ter uma avaliação e dimensionamento precisos dos impactos que os novos investimentos vão produzir no território do NF. No entanto, a análise do perfil desses investimentos, no contexto do padrão de inserção internacional da economia

brasileira, do qual esses empreendimentos são expressão, identificado por estudiosos como de “integração subordinada/passiva” e de retorno ao padrão “primário-exportador”, ainda que numa versão atualizada, carregada de altas inversões em tecnologia, permite o delineamento de tendências a ele inerentes.

Fernandez e Brandão (2010) chamam atenção para a necessidade de retomada do pensamento sobre a problemática do desenvolvimento e do planejamento territorial regional, a partir do ponto de vista e da experiência da periferia, como ocorrido no âmbito da CEPAL dos anos 40-60, de cunho ao mesmo tempo holístico e atento às idiossincrasias do processo latinoamericano em toda a sua diversidade.

Acredita-se que o *caso* do Norte Fluminense deve ser tratado nesse âmbito, uma vez que se descarta qualquer possibilidade política, teórica e metodológica de tratamento enquanto questão local, ou regional *stricto sensu*, desvinculada da questão do desenvolvimento nacional, articulada nas suas múltiplas escalas.

A retomada do crescimento no Brasil tem reforçado o peso das decisões macroeconômicas na configuração dos processos locais e regionais, nas quais existe o entrelaçamento com instâncias subnacionais, regionais e locais. Uma leitura da questão regional sustentada na percepção da predominância de vetores de fragmentação territorial, desagregação social e desestruturação urbana, se impõe para a compreensão dos elementos centrais da nova dinâmica de integração do país na economia internacional.

Essa leitura incorpora variáveis importantes, como as coalizões que viabilizam as decisões de investimentos, marcadas pelas articulações multiescalares das instâncias de poder pelas grandes empresas e pelos grandes investidores, orientados pela busca permanente de posicionamentos estratégicos no jogo de força da economia mundial, excluindo atores e sujeitos coletivos majoritários.

Um rastro dos desalojados pelo desenvolvimento é uma das heranças da nova face da “destruição criativa”. Ocorre uma série de conflitos ligados à remoção de populações e à desestruturação de atividades econômicas consolidadas, o que já é perceptível no NF.

O aspecto desse processo que se quer relevar aqui, para o caso do NF, é o risco de transformar o território em plataforma de exportação, cuja apropriação é feita de forma totalmente indiferente em relação aos interesses do desenvolvimento regional e nacional.

Nesse cenário torna-se urgente a retomada do planejamento do desenvolvimento regional, num contexto de debate público sobre os caminhos para a conquista de uma matriz econômica mais soberana, mais ecológica, mais inclusiva e distributiva socialmente e mais equitativa espacialmente.

No entanto, tal abordagem supõe o enfrentamento dos processos políticos pelos quais os grandes projetos de investimento tomam forma e são viabilizados, ao mesmo tempo por meio da articulação das diversas escalas espaciais de poder e acima, à margem e à revelia do diálogo, do debate e da publicização das circunstâncias que envolvem sua formatação e implementação. Aqui, conforme lembra Vainer (2007), as formulações

e as intervenções, ou seja, a ação dos atores interessados na democracia territorial, econômica, social e política, deve recorrer também a estratégias multiescalares, como forma de se contrapor e enfrentar os grandes capitais globais e suas estratégias.

Trata-se do desafio da construção planejada do futuro desses municípios, no sentido da aquisição de um elevado grau de equidade, de autonomia e de “soberania” em relação aos grandes empreendimentos; de sustentação econômica, por meio de estratégias que equilibrem o monopólio e a polarização provocados por esses investimentos; do fortalecimento das administrações municipais, assegurando um suporte na arrecadação própria, para contrabalançar a insegurança e finitude das rendas petrolíferas; de provimento da infraestrutura urbana, no sentido da integração, inclusão e qualidade de vida; e, finalmente, da elaboração e implementação de estratégias conjuntas com outros municípios, às diversas escalas político-administrativas, para evitar a fragmentação territorial decorrente da radicalização da segmentação entre municípios ricos e periferia pobre, assim como para construir algum tipo de instância institucional de planejamento e gestão territorial regional.

Tais elementos só podem ser viabilizados no contexto do enfrentamento dos desafios que megaempreendimentos impõem à Nação, por meio do confronto político entre projetos mais e menos voltados para os interesses majoritários tradicionalmente excluídos e ignorados nas políticas públicas (BRANDÃO, 2010). O que não quer dizer que não haja espaço para as iniciativas locais e mesorregionais de luta, buscando alianças nas diversas escalas de poder.

Referências

ARAÚJO, T. B. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: REVAN: Fase, 2000.

BRANDÃO, C. *Território e Desenvolvimento*. Campinas: UNICAMP, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico Brasileiro*, 2010.

CARVALHO, A. M.; TOTTI, M. E. F. *Formação Histórica e Econômica do Norte Fluminense*. Rio de Janeiro: Garamond: FAPERJ, 2006.

CRUZ, J. L. V. *Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2003. 340p.

CRUZ, José Luis V. (Org.) et al. *Brasil, o desafio da diversidade: experiências de desenvolvimento regional no Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005.

CRUZ, José Luis V. *EIS-Q. Estudo de impacto socioeconômico do CBF-Complexo Industrial e Logístico de Barra do Furado, Quissamã/RJ*. Relatório final. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2010. 240p.

CRUZ, J. L. V. Grandes Investimentos e a reestruturação do espaço do Norte Fluminense. In: CODE-CONFERÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO, 2., 2011, IPEA, Brasília. *Trabalho apresentado...* 32p, mimeo.

LLX. Superporto do Açú. Disponível em: <<http://www.llx.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=162&lng=br>>. Acesso em: 2012.

FERNANDEZ, V. R; BRANDÃO, Carlos. Introducción. In: *ESCALAS y políticas Del desarrollo regional*. Santa Fé, Buenos Aires, Argentina: Miño y Dávila Editores, 2010.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Retratos Regionais. Rio de Janeiro, FIRJAN. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/data/pages/402880811F3D2512011F7FE00F0B3401.htm>>. Acesso em: 2011.

GONÇALVES, Reinaldo. *Vagão descarrilhado: o Brasil e o futuro da economia global*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

INFOROYALTIES. Campos dos Goytacazes: UCAM-Universidade Cândido Mendes. Disponível em:< <http://inforoyalties.ucam-campos.br/>>. Acesso em: 2012.

NASSIF, M. I. O avanço das commodities. *Desafios do Desenvolvimento*, Brasília, DF: IPEA. V. 8, n. 66, 2011.

NATAL, J. A. *O Estado do Rio de Janeiro pós 95*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Publicati, 2005. 284 p.

OLIVEIRA, F. *Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond/FAPERJ.

PACHECO, C. A. *Fragmentação da nação*. Campinas: Instituto de Economia/ UNICAMP, 1998. 291 p.

PESSANHA, R.; SILVA NETO, R. (Orgs.) *Desenvolvimento econômico do Norte Fluminense: da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. Campos dos Goytacazes, RJ: WTC Editora, 2004.

PIQUET, R.; GIVISIEZ, G.; OLIVEIRA, E. O velho e o novo no contexto regional do norte fluminense. *RDE - revista de desenvolvimento econômico*, Salvador, v.9, n. 16, dez. 2007.

PIQUET, R. *Indústria e Território no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007a. 167p.

PIQUET, R. O norte fluminense em tempo presente. In: *RIO de Janeiro: um olhar socioespacial*, 2010.

PIQUET, R. (Org.) *Petróleo, Royalties e Região*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PIQUET, R.; SERRA, R. *Petróleo e Região no Brasil: o desafio da abundância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007b.

PMCG. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Disponível em: <<http://www.campos.rj.gov.br>>. Acesso: 2012.

PMQ. Prefeitura Municipal de Quissamã. Disponível em: <<http://www.quissama>>.

rj.gov.br>. Acesso: 2012.

PMSJB. Prefeitura Municipal de São João da Barra. Disponível em: <[http:// www.sjb.rj.gov.br](http://www.sjb.rj.gov.br)>. Acesso: 2012.

ROSA, S. I. *Projeto Angola-Brasil e o paradoxo da abundância*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) - UCAM-Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ, 2011.

SERRA, R.; FERNANDES, A. C. A distribuição dos royalties petrolíferos no Brasil e os riscos de sua “financeirização”. *RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, Bahia, v. 7, n.11, pp. 30-38, jan. 2005.

SILVA, R. R.. *O sistema de inovação do Estado do Rio de Janeiro: impactos da industrial petrolífera*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense - Faculdade de Economia. Niterói, RJ, 2008.

SOFFIATI, A. A. Diálogo leal sobre o Açu I, II, III e IV. *Jornal Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 03, 10, 17 e 24 de jul. 2011.

TERRA, D. *Economia petrolífera na bacia de campos e reestruturação do espaço regional: uma análise sob a ótica da divisão territorial do trabalho*. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA REDE IBERO-AMERICANA, 8., 2004, Rio de Janeiro.

VAINER, C. B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. Salvador, Bahia: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, v.9, n.1, 2007.

Artigo recebido em: 31 jul. 2012

Aceito para publicação em: 22 ago. 2012